

A resistência escrava e a abolição do tráfico transatlântico de escravos para o Brasil em 1850*

Dale T. Graden**

p 151-168

Existe um debate sobre os motivos que levaram ao fim do tráfico transatlântico de escravos para o Brasil em 1850. Uma das interpretações se apóia nas ações do governo brasileiro. Essa pode ser descrita como a “Escola Ilustrada” (*Enlightenment School*). Senadores, deputados e governadores provinciais mantinham estreita aliança com fazendeiros e comerciantes que cultivavam açúcar, café, tabaco, algodão, lavouras de subsistência, e criação de suínos e bovinos. A maior preocupação desses homens era com a estabilidade social. D. Pedro II e os ministros do império também acompanhavam atentamente a política internacional, especialmente as iniciativas britânicas para extinguir o tráfico de escravos para o Brasil.¹ Eles teriam colaborado com os esforços britânicos de supressão do tráfico que se seguiu à aprovação da medida de 1845 na Inglaterra (o Bill Aberdeen), a qual autorizava a Esquadra Britânica a abordar navios brasileiros suspeitos de envolvimento no transporte de escravos para o Brasil e julgá-los nos tribunais do Almirantado Britânico (Needell, 2001; Bethell, 1970; Thomas, 1997). Por este prisma, as ações combinadas de estadistas brasileiros e da marinha britânica teriam posto um fim às importações de escravos africanos para o Brasil.

A Escola Ilustrada minimiza as pressões das camadas inferiores da sociedade, especialmente a resistência escrava, como um fator decisivo ao fim do tráfico. Quinze anos antes da Lei Eusébio de Queiroz, a qual efetivamente tornou ilegal o tráfico de escravos para o Brasil, uma rebelião escrava eclodiu na cidade de Salvador, Bahia, a qual ficou conhecida como a Revolta dos Malês (Muçulmanos). A Escola Ilustrada afirma que a revolta se mostrou “irrelevante em termos de escravidão no Brasil de maneira geral, ou na Bahia,

* Todas as traduções do português para o inglês no Foreign Office Records 13 e 84 são aquelas encontradas nos documentos. Todas as outras traduções são do autor.

Agradeço a Laura Guedes pela tradução desse artigo e pelos pertinentes comentários, bem como a Marcos César de Oliveira Pinheiro, Flávio dos Santos Gomes, Paulo César de Oliveira, Hendrik Kraay, David M.K. Sheinin e dois leitores anônimos por parte da *Africana Studia*.

** Professor de História na Universidade de Idaho.

1 Jeffrey Needell, *The Party of Order*, pp. 138-155. Historiadores brasileiros que podem ser incluídos nessa escola são Emilia Viotti da Costa, *The Brazilian Empire*, pp. 128-132; Lilia Moritz Schwarcz, *As barbas do imperador*, p. 297. Historiadores do século XIX cujos pensamentos se alinham com a Escola Ilustrada incluem David Brion Davis, *The Problem of Slavery*; Adam Hochschild, *Bury the Chains*; e Seymour Drescher, *Capitalism and Antislavery*.

pelo menos após 1835” (Needell, 2006, p. 146; Mattoso, 1992, p. 542). O impacto mínimo da revolta seria evidenciado pelo fato de o transporte de escravos africanos para o litoral brasileiro não ter sido interrompido.

Os historiadores associados à Escola Ilustrada acreditam que a memória da revolta liderada por Muçulmanos e a entrada no país de grande quantidade de escravos africanos que a ela se seguiu tiveram pouco a ver com a decisão política de acabar com o tráfico em 1850. Um historiador escreveu que “nenhum deles [o que o autor rotula de ‘reacionários,’ referindo-se a um grupo de influentes líderes políticos, inclusive o presidente (governador) da Bahia, Francisco Gonçalves Martins, o ministro dos Negócios Estrangeiros, Paulino José Soares de Sousa, e o ministro da Justiça, Eusébio de Queiroz] pediu a repressão do tráfico [transatlântico de escravos] por medo de que a escravidão por si mesma representasse uma ameaça fatal à segurança” (Needell, 2006, p. 149).

Uma segunda perspectiva sobre o motivo do fim do tráfico de escravos para o Brasil se apóia na resistência escrava e nos libertos. Esta será referida como a “Escola Subalterna” da história (*Subaltern School*). Um de seus proponentes é o historiador baiano João José Reis, que escreveu que “a revolta [de 1835] na Bahia causou apreensão de norte a sul do Brasil, nas cidades e no campo. O seu impacto no resto do país foi imediato, levando as autoridades no Rio de Janeiro [na *Corte*, ou seja, os ministros que governavam o império] e várias autoridades locais [em diversas províncias] a tomar medidas [para garantir] a segurança pública e revigorou o debate sobre [a continuação] do tráfico internacional de escravos [para o Brasil] e sobre a instituição da escravidão”² (Reis, 2003, p. 509).

Este ensaio afirma que a Revolta dos Malês teve um profundo impacto em muitos brasileiros, tanto na elite como no povo. A memória da revolta, combinada com as várias manifestações de resistência escrava que a ela se seguiram, desempenhou um papel importante nas decisões e política imperiais de 1848 a 1851. É uma variável-chave na luta pela supressão do tráfico transatlântico de escravos para o Brasil em meados do século.

A Revolta dos Malês, a resistência escrava e as ameaças representadas pela importação de escravos africanos

No despertar de domingo do dia 25 de janeiro de 1835, cerca de seiscentos escravos e libertos africanos, muitos usando a vestimenta branca dos muçulmanos, correram pelas ruas de Salvador atirando e gritando “morte aos brancos” e “morte aos soldados”. Por três horas, eles enfrentaram uma enorme força, estimada em mil e quinhentos homens,³ incluindo polícia, cavalaria, soldados da Guarda Nacional e civis portando lanças, facas, porretes e pistolas. A revolta fracassou. Pelo menos setenta rebeldes morreram, talvez o dobro tenha ficado ferido, e nove pessoas perderam suas vidas tentando acabar com a insurreição (Reis, 2003, pp. 151-157).

2 Historiadores brasileiros da “Escola Subalterna” incluem os Professores João José Reis, Sidney Chalhoub, Robert W. Slenes e Flávio dos Santos Gomes. Para perspectivas sobre o debate descrito acima, ver Chalhoub, “Os conservadores.” Um historiador da abolição internacional no século XIX cujo pensamento se alinha com esse grupo é Robin Blackburn, *The Overthrow of Colonial Slavery*. Eu diria que Seymour Drescher tem um pé em cada escola. Após décadas de pesquisa em uma ampla variedade de temas, o Professor Drescher adotou a resistência escrava como variável-chave nos debates antiescravidão do século XIX. Ver Drescher, *Abolition*, e Drescher e Emmer, *Who Abolished Slavery?*

3 Parkinson para Wellington, Salvador, 29 de janeiro de 1835, Foreign Office Records of Great Britain Number 13: General Correspondence from Brasil before 1906, microfilme número 121 (daqui em diante referido como FO 13).

Dentre os 292 rebeldes (176 escravos, 112 libertos, quatro de situação desconhecida) presos na sequência da revolta, 73 por cento eram africanos nagôs, um termo usado na Bahia para designar os iorubás das regiões atuais das repúblicas da Nigéria e Benin. Dado que os nagôs representavam 30 por cento de uma população total de 22 000 africanos residentes em Salvador em 1835, sua participação na revolta foi considerável (Reis, 2003, pp. 333-334). Vários nagôs trazidos em navios negreiros para a Bahia eram adeptos do Islamismo; outros escravos e libertos nagôs eram muçulmanos conversos. Talvez um quinto (4400 pessoas) da população africana de Salvador em 1835 fosse muçulmana, uma parcela significativa desses indivíduos sendo nagôs (Reis, 2003, p. 177). Portanto, observadores viram a revolta escrava formada por uma presença substancial de muçulmanos dentre seus líderes e seguidores.

A tensão reinou em Salvador após a revolta. Escrevendo no dia seguinte à Revolta dos Malês, um consul francês estacionado em Salvador comentou que “a aglomeração na Bahia dos negros de nação nagô coloca permanentemente esta província em perigo pela perfeita unanimidade de língua, de vontades, de desgostos e de rancor que liga o conjunto desses homens, aliás inteligentes, fortes e corajosos”⁴ (Reis, 2003, p. 335). Uma semana mais tarde, espalhou-se o boato de um iminente ataque a Salvador por um grupo de “mulatos e pretos” residentes no bairro do Rio Vermelho, a pouca distância do norte da cidade. O governador da província emitiu ordem de alerta contra outra sublevação. “Parece que a Bahia está em estado de sítio. A consternação é geral. Nativos e estrangeiros foram convocados à luta. Os preparativos foram imensos.” Para proteger a casa de um cidadão dos Estados Unidos, o capitão da corveta americana *Erie* desembarcou fuzileiros americanos na costa. Dois dias mais tarde, residentes britânicos encontraram alento com a chegada do navio de guerra HMS *Norte Star* na Baía de Todos os Santos.⁵

As autoridades baianas responderam prontamente. O governo provincial enviou à África, às custas públicas, um navio com 150 “africanos livres” a bordo. Desse grupo, a polícia identificou 120 africanos libertos como “pessoas suspeitas”. Os outros trinta eram africanos emancipados (*Liberated Africans*), resgatados de navios negreiros capturados pela Esquadra Britânica e residentes em Salvador.⁶ Proprietários deportaram outros 380 escravos africanos a outras províncias do Brasil. Desses, 136 eram nagôs. Até o final de 1835, pelo menos setecentos africanos libertos receberam passaportes que lhes permitiram deixar a Bahia. Os oficiais facilitaram essa emigração agilizando o processo através da burocracia (Reis, 2003, pp. 482-483, 491-492).

O clima de tensão permaneceu elevado por mais de um ano. No discurso anual de abertura da Assembléia Provincial, no início de março de 1836, o presidente da Bahia declarou que “sinais têm sido observados e boatos constantemente espalhados, pelos quais, a mentalidade pública, ainda não recuperada dos alarmes de janeiro de 1835, tem sido bastante perturbada”. O presidente Francisco de Souza Paraíso afirmou que as deportações dos africanos livres nos meses antecedentes contribuiu para que “a apreensão com a insurreição iminente fosse menos sentida”. Ele também afirmou que “enquanto esses bárbaros [escravos africanos e africanos libertos], nossos inimigos necessários, conviverem entre nós, eles não desistirão de seus projetos obscuros, ainda que resultem

4 Ênfase do autor.

5 Parkinson para Wellington, Salvador, 3 de março de 1835, FO 13: 121.

6 Extrato do Presidente da Bahia na abertura da assembléia provincial em março de 1836, incluído em Jackson para Palmerston, Rio de Janeiro, 1 de março de 1836, Foreign Office Records of Great Britain Number 84: Slave Trade, microfilme número 198 (daqui em diante referido como FO 84).

infrutíferos e abortivos”. Suas advertências demonstravam ao mesmo tempo desprezo pelos “bárbaros” e a certeza de que o inimigo jamais representaria uma ameaça. É importante ler com atenção as palavras do presidente. Quinze meses após a Revolta dos Malês, Paraíso permanecia preocupado com a falta de segurança pública. Ele determinou que os escravos africanos considerados culpados de participação na insurreição fossem expulsos da Bahia. Além disso, ele estava profundamente preocupado com a continuação das importações de escravos.

Por conseguinte, é conveniente prestar mais atenção a este assunto [outra insurreição escrava], e adotar todas as medidas cabíveis a nossa segurança. Além do mais, me parece urgente que algumas medidas sejam adotadas em relação a certos escravos africanos considerados perigosos e suspeitos, especialmente aqueles que participaram da última insurreição [janeiro de 1835], e que foram considerados culpados pelo tribunal, a fim de que eles não possam continuar a viver em nosso meio – e que seus proprietários sejam obrigados a vendê-los, para serem enviados para fora da província.

O escândalo do contrabando de escravos continua, e até agora nenhum dos participantes, ou simpatizantes, de tal abominável e pernicioso comércio foi punido. A impunidade serve a quase todos os tipos de crime, às vezes por falta de acusação, e outras vezes a acusação sendo conduzida de tal maneira que o criminoso não vai a julgamento, e mesmo em caso de ser, ele encontra meios seguros de defesa, de modo a ser absolvido pelo júri.⁷

Como parte das medidas do governo em resposta à Revolta dos Malês, a assembléia provincial suspendeu as liberdades individuais e autorizou a polícia a efetuar buscas nas casas de africanos livres.⁸ Assim teve início uma campanha sistemática por parte da polícia e dos políticos contra africanos libertos e muçulmanos que persistiu por pelo menos duas décadas (de 1835 até meados dos anos de 1850). A polícia em Salvador, Rio de Janeiro, e Recife (assim como em outros locais) confiscou todo tipo de documentos e materiais em busca de evidência que comprovasse a ameaça representada pelo que dois historiadores brasileiros chamaram de “contaminação malê”⁹ (Soares e Gomes, 2001). A questão que se coloca é, se a Revolta dos Malês em Salvador causou tamanha impressão, por que o tráfico de escravos continuou? Alguns dias depois da revolta, traficantes desembarcaram cerca de mil africanos escravizados nas imediações de Salvador.¹⁰ Nos anos que se seguiram, os desembarques continuaram em ritmo acelerado. Os números são surpreendentes: traficantes desembarcaram cerca de 718 000 escravos africanos no litoral brasileiro de 7 de novembro de 1831 (passagem da lei brasileira que tornou ilegal a importação de escravos e declarou livres os escravos importados após essa data) até a supressão do tráfico em 1851. O Professor Needell escreveu que “o período entre 1838 e 1849 foi a época em que, contrabandeados ou não, por ano, a maioria dos cativos foram

7 Extrato do Presidente da Bahia na abertura da assembléia provincial em março de 1836, incluída em Jackson para Palmerston, Rio de Janeiro, 1 de março de 1836, FO 84: 198.

8 Francisco de Souza Martins para Frederick Robilliard, Salvador, 28 de março de 1835, FO 13:121. Traduzido para o português do documento em inglês incluído no FO 84: 198. O documento original em português não foi consultado.

9 Chefe da polícia Evaristo Fernando d'Argollo ao Presidente Tomás Xavier Garcia de Almeida, Salvador, 26 de julho de 1839, Arquivo Público do Estado da Bahia: Seção Colonial e Provincial, maço 2949 (de agora em diante referido como APEB/SACP); Chefe da polícia Antônio Simões da Silva ao Ministro da Justiça Eusébio de Queiroz, Rio de Janeiro, 26 de março de 1849, Arquivo Nacional no Rio de Janeiro, Secretaria de Polícia da Corte, IJ 6 212 (de agora em diante referido como ANRJ/Polícia).

10 Parkinson para Wellington, Salvador, 29 de janeiro de 1835, FO 13: 121.

vendidos no Brasil em toda a história do tráfico atlântico de escravos. Quão atemorizados estariam os senhores de escravos se eles os compravam com tanto entusiasmo?” (Needell, 2006, p. 148).

Uma possibilidade seria a necessidade dos fazendeiros de trabalhadores para cultivarem suas lavouras. Dada a escassez de trabalhadores livres dispostos a trabalhar nas fazendas e os poucos imigrantes que chegavam da Europa ou outros lugares, os fazendeiros continuavam dependentes da mão-de-obra escrava para a produção de bens. Os capitalistas possuíam investimentos significativos em terra e maquinaria. Os donos das fazendas acreditavam que a interrupção das importações de escravos colocaria em risco sua sobrevivência.

A elite de fazendeiros-comerciantes rejeitava a tese de que uma revolta escrava em Salvador rapidamente dissipada pela polícia pudesse interromper um fluxo estabelecido de escravos africanos. Como em outros casos, desde a ascensão do capitalismo internacional no século XV, os benefícios econômicos de curto prazo protelaram as preocupações com o futuro. Além disso, os traficantes e seus cúmplices tinham meios de pagar diversos indivíduos (governadores de províncias, polícia, juízes, jurados, residentes da costa, oficiais da alfândega, trabalhadores portuários, milícias privadas, capitães e tripulação de navios, cônsules estrangeiros) para garantir a continuação das importações de escravos.¹¹

Em meados dos anos de 1840, vários indivíduos admitiam que as ações britânicas, inclusive a apreensão de navios negreiros pela Esquadra Britânica, podiam acarretar a cessação permanente das importações de escravos para o Brasil. Essa possibilidade gerou uma urgência em acelerar o transporte de escravos africanos para o país.

Portanto, variáveis internas e externas contribuíram para uma demanda aparentemente insaciável por escravos nos quinze anos seguintes a 1835.

Diversos observadores, após a revolta escrava de 1835 em Salvador, viram a continuação dos desembarques de escravos com apreensão, senão com terror. Poucos dias depois da revolta, os jornais do Rio de Janeiro faziam alusão às ameaças ainda por vir. Um jornalista do prestigioso *Jornal do Comércio* enfatizou que o tráfico de escravos deveria ser visto como “um fator de discórdia e de futuros conflitos”¹². Menos de um mês depois, o jornal *Aurora Fluminense* publicou os corajosos comentários do Presidente da Bahia na abertura da Assembléia Provincial baiana: “Cada escravo desembarcado em nossas praias é um novo barril de pólvora lançado à mina, cuja explosão pode produzir efeitos horríveis”¹³.

No final de março, o enviado britânico Henry S. Fox escreveu que “o terror que está se espalhando por todo o Brasil, desde a última insurreição dos negros na Bahia, tornou o momento propício para este governo de melhorar e reforçar uma legislação de comércio anti-escravista. Os olhos da maioria dos homens estão começando a se abrirem, se não para a infâmia do negócio escravista, pelo menos para o enorme perigo de permitir que novas multidões de africanos, sob qualquer condição, sejam despejadas diariamente no país”¹⁴. Dois meses mais tarde, Fox continuou na mesma linha: “Eu tenho observado

11 Parkinson para Wellington, Salvador, 29 de janeiro de 1835, FO 13: 121; W.G. Ouseley, “Notas sobre o tráfico de escravos na província e cidade da Bahia, setembro de 1835”. Essa foi enviada de Ouseley para Fox, Rio, 27 de outubro de 1835, FO 84:179. Ver também “The Yacht *Maria Até Ver*,” *O Século*, 3 de outubro de 1850, traduzido em Porter para Hudson, Salvador, 9 de outubro de 1850, FO 84: 807.

12 *Jornal do Commercio*, no. 37, 17 de fevereiro de 1835, citado em Reis, *Rebelião escrava*, p. 517.

13 *Aurora Fluminense*, 20 de março de 1835, p. 3818. A assembléia se reuniu em 1 de março de 1835.

14 Fox para Wellington, Rio de Janeiro, 25 de março de 1835, FO 84: 179.

com satisfação que em todos os documentos e declarações procedentes das autoridades do governo o tráfico de escravos é agora denunciado e condenado, não só nos termos de antes, por razões de benevolência e filantropia abstratos, ou por deferência aos desejos das nações estrangeiras, mas como um manifesto, um reconhecimento dessa monstruosa causa, prática do mal, e do perigo imediato que ela oferece à existência dos brancos do Brasil.”¹⁵

Em maio de 1835, a Assembléia Provincial da Bahia enviou uma carta à Assembléia Geral Legislativa do Brasil reunida no Rio de Janeiro. Assinada pelo presidente e pelo arcebispo da Bahia, além do Primeiro e Segundo Secretários da assembléia, este comunicado pedia o fim do tráfico transatlântico de escravos da África e do transporte pelo litoral de escravos africanos previamente desembarcados na Argentina e Uruguai para o Brasil. “A importação ilegal de milhões de bárbaros, um vergonhoso escândalo, ainda praticada em nossos portos, é sem dúvida pior para nossa moral, nossa segurança e prosperidade, do que o espírito de insurreição e revolta [responsável pelo] desastroso evento de 25 de janeiro desse ano [1835]. O recrutamento incessante de novos africanos aumenta o número e a audácia dos escravos e libertos que convivem entre nós.”¹⁶ Tais preocupamentos continuaram a ser expressados através dos anos de 1840 e início dos anos de 1850.

Assim como na Europa, o ano de 1848 se mostrou turbulento também no Brasil. O Presidente da Bahia, João de Moura Magalhães, declarou que “estou escrevendo palavras verdadeiras, informando com exatidão do que se passa nesta província. Precisamos medidas promptas e energéticas para reprimir insurreições de africanos. Existe ainda na memória de todos a de 1835, a qual teria produzido estragos mais extensos, se não fosse prontamente aniquilada”¹⁷. O cônsul britânico Henry Cowper endossou a mesma opinião: “Existe uma apreensão geral na província da Bahia de que a extensão do comércio de escravos está acelerando o dia em que a província cairá nas mãos dos negros.”¹⁸

No dia 4 de fevereiro, a polícia da cidade de Pelotas, Rio Grande do Sul, se inteirou dos planos de uma insurreição escrava prestes a ocorrer no dia seguinte. Acreditava-se que cerca de 1500 escravos de seis estados estivessem envolvidos na conspiração. As investigações revelaram duzentos mosquetes, duzentas carabinas, facões, pistolas e munições armazenados numa fazenda. A polícia prendeu trezentas e “açoitou severamente” vários dos acusados; dez morreram em consequência do espancamento.¹⁹ Assim como ocorreu com a Revolta dos Malês de 1835, informação fornecida por africanos antes da insurreição provou ser útil às autoridades. Um diplomata britânico presente comentou que “os informantes da existência dessa conspiração são três escravos minas que sentem grande amizade por seus donos, que sempre os trataram com generosidade, confessaram todo o plano a eles, e assim providencialmente prevenindo cenas como as de São Domingo nessa província”²⁰.

Em sua descrição desse horrendo episódio, o cônsul britânico Lord Howden escreveu:

15 Fox para Wellington, Rio de Janeiro, 30 de maio de 1835, FO 13: 117.

16 Representação da Assembléia Provincial da Bahia para a Assembléia Legislativa Geral no Rio de Janeiro, Salvador, 11 de maio de 1835, FO 84: 175.

17 Magalhães para o ministro da Justiça, Salvador, 9 de fevereiro de 1848, Arquivo Nacional do Brasil no Rio de Janeiro: Seção do Poder Executivo, IJ 1 710 (de agora em diante referido como ANRJ/SPE). Para outras análises desse período, ver Graden, *From Slavery to Freedom*, pp. 33-42.

18 Cowper para Palmerston, Recife, 9 de fevereiro de 1848, FO 84: 727.

19 Morgan para Howden, Pelotas, 9 de fevereiro de 1848, FO 84: 727; Morgan para Palmerston, Rio Grande do Sul, 15 de fevereiro de 1848, FO 84: 727.

20 Morgan para Howden, Pelotas, 9 de fevereiro de 1848, FO 84: 727.

Os escravos envolvidos nesse complô são exclusivamente nativos da Mina e vêm do norte da linha (equador), para o leste de Cape Coast [atual Ghana, Togo, Benin e Nigéria oriental] (Law, 2005). Essa raça é a mesma que preparou a quase vitoriosa insurreição na Bahia em 1835; e os escravos pertencentes a ela são totalmente e tão notavelmente diferentes de todos os outros africanos no Brasil tanto fisicamente como intelectualmente. Esses escravos minas todos falam a mesma língua, têm sociedades organizadas, e elegem líderes sempre que se reúnem em qualquer número, são notáveis por seus hábitos à ordem, sua atitude séria e digna, sua economia, sua previsão, e sua intrépida coragem; e eles são corporalmente os melhores exemplares da raça humana que eu jamais vi. Dizem que os habitantes da província do Rio de Janeiro, com medo da energia latente desses homens, os compram de má vontade; e, de fato, comparativamente poucos dessa facilmente reconhecível raça são vistos na Capital [cidade do Rio de Janeiro]. Eu não tenho dúvida de que esse é o povo eleito pela Providência como o castigo terrível e inevitável da África.²¹

Os escravos da Costa da Mina ganharam reputação de rebeldes de norte a sul do Brasil. Os comentários de Howden sugerem que as autoridades no Rio de Janeiro mandaram para fora da cidade escravos africanos e libertos que chegaram de Salvador nos anos que se seguiram à revolta de 1835. Esta medida foi tomada para prevenir a resistência escrava na cidade do Rio de Janeiro (Soares e Gomes, 2001, p. 346).

Nas províncias do Centro-Sul do Brasil, uma importante conspiração escrava foi organizada em várias fazendas de café no Vale do Paraíba, que se estende da província do Rio de Janeiro até São Paulo. O plano teve sua origem na espiritualidade bantu e conhecimento da supressão do tráfico para o Brasil pela Esquadra Britânica. No “Relatório Secreto da Comissão da Assembléia Provincial do Rio de Janeiro sobre as Sociedades Secretas de Africanos na Província do Rio de Janeiro”, os autores escreveram que olhando “a situação do país, a pequena quantidade de homens brancos em relação aos milhões de escravos que abundam em todas as partes [e] a nossa insuficiente e inapropriada legislação criminal, a comissão especial só pode reconhecer a impossibilidade de acalmar de uma vez as apreensões de uma insurreição de escravos”. O presidente de São Paulo solicitou que relatório similar fosse elaborado pela assembléia legislativa de sua província.

Com base nos interrogatórios conduzidos com escravos aprisionados e informação recolhida dos oficiais de polícia, o comitê apontou a existência de uma extensa Sociedade Africana com membros na cidade do Rio de Janeiro e no interior da província. A Sociedade estaria dividida em “círculos” compostos de cinquenta escravos, cada um encabeçado por um chefe conhecido como *Taté*, o qual tinha seis assistentes chamados *Cambondos*. A palavra *Taté* talvez seja derivada da língua bantu quimbundo falada nas regiões africanas do Congo e Angola. *Taté* é uma variante da palavra *Tateto*, que significa “pai”. Nas cerimônias religiosas afro-brasileiras conhecidas como *candomblé*, aqueles influenciados pela cultura angolana são liderados por um pai-de-santo conhecido como “Tateto ti inkice” ou “Tateto t’inkice.” Em relação à Sociedade Africana que se acreditava existir na província do Rio de Janeiro, *Taté* poderia se referir ao líder ou chefe.

Cambondo é provavelmente uma variante da palavra *cambono*, um termo usado para descrever um participante numa cerimônia de *candomblé*, o qual assiste as pessoas em transe. Isso implica abraçar a pessoa possuída pelo *orixá* (divindade) para protegê-la. Os *cambondos* eram homens conhecidos como *Filhos do Terreiro* (filhos de uma casa

21 Howden para Palmerston, Rio de Janeiro, 20 de março de 1848, FO 84: 725.

do candomblé) e três ou quatro mulheres africanas eram conhecidas como *Mocambas do Anjo*. Os filhos do terreiro eram homens ligados a um terreiro em particular onde as cerimônias do candomblé ocorriam. O uso da palavra *Mocamba* talvez sugira que essas mulheres africanas adquiriram sua força e caráter da experiência em comunidades de escravos fugidos (*mocambos*). Ou talvez tenha sua origem na palavra *mucamba*, um termo usado pelos senhores no século XIX para se referir ao escravo doméstico do sexo feminino. O comitê de investigação da Assembléia Provincial do Rio de Janeiro via as Mocambas do Anjo como particularmente perigosas, uma vez que eram escravas domésticas que conviviam com seus senhores.

O plano consistia no envenenamento dos “senhores de qualquer sexo ou idade” além do assassinato dos “administradores e qualquer pessoa livre empregada nas propriedades inclusive dos escravos que desejassem continuar fiéis aos seus senhores”²². As tensões chegaram a tal ponto que os senhores de escravos e suas famílias temerosos dos escravos rebeldes abandonaram suas propriedades no interior de São Paulo e fugiram para as cidades. Na opinião do historiador Robert W. Slenes, a insegurança pública e as tensões fomentadas pelos “estrangeiros da África” tiveram tanta influência no fim do comércio transatlântico de escravos para o Brasil quanto as iniciativas britânicas (Slenes, 2000, pp. 218-219; Gomes, 1995, p. 262).

Em um comunicado redigido em agosto, o diplomata britânico James Hudson tenta mostrar o lado positivo da situação. Hudson conclui que as incessantes importações de escravos africanos para as costas brasileiras causaram uma mudança de opinião entre os oficiais de alto escalão no Brasil. “Uma mudança muito satisfatória parece estar tomando lugar na mentalidade do governo brasileiro e do público, com respeito a importação de escravos, devido, eu acho, a medida de Lord Aberdeen [1845], sob a qual a captura pode ser feita; ao terror que as últimas importações de escravos criaram nesse governo, e na parte pensante da comunidade; e na posição isolada na qual o Brasil agora se encontra nesse continente e na Europa, onde perdeu o controle sobre a França e a Áustria.”²³

Apesar dos alertas constantes, os traficantes continuaram a desembarcar milhares de escravos africanos nas cidades de Salvador, Rio de Janeiro, Santos (província de São Paulo) e nas praias e ilhas remotas das proximidades. De fato, o maior número de africanos escravizados a desembarcar no Brasil ou em qualquer outra região das Américas na história do tráfico transatlântico ocorreu em 1848. O ápice bienal foi 1848-1849, e o ápice trienal foi 1847-1849 (Drescher, 2009, p. 291).

A Corporação Municipal (Conselho) de Salvador expressou seu temor com relação à chegada de tantos africanos em meados dos anos de 1850.

O tráfico de escravos hoje em dia é tolerado nessa segunda cidade do Brasil na mais repreensível maneira. Não há quem aqui, vendo as embarcações ancoradas no porto, não possa distinguir aquelas destinadas a operar nessa pirataria; não há pessoa aqui que não conheça as casas, chamadas estações, em que *boças* africanos [significando recém-chegados] são mantidos para venda, nos limites desta municipalidade, mesmo desta cidade. Não há quem não possa nomear aqueles que

22 F. S. Dias da Motta e José Alves Carneiro Montezuma, Rio de Janeiro, 8 de julho de 1848: “Relatório Secreto da Comissão da Assembléia Provincial do Rio de Janeiro sobre as Sociedades Secretas de Africanos na Província do Rio de Janeiro”, 8 de julho de 1848 [Sessão Secreta da Câmara dos Deputados, 8 de julho de 1848]. Esse documento está traduzido em Hudson para Palmerston, Rio de Janeiro, 20 de fevereiro de 1850, FO 84: 802. O documento original em português não está incluído nos registros britânicos e no momento não pôde ser encontrado.

23 Hudson para Palmerston, Rio de Janeiro, 5 de agosto de 1848, FO 84: 726. Ênfase do autor.

tenham tomado parte nesse bárbaro e ilícito comércio. A lei de 7 de novembro de 1831 é portanto desrespeitada e aviltada, e o comércio prossegue sem problemas tanto mais que está principalmente nas mãos de estrangeiros, que vêm para o Brasil fazer suas fortunas, e controlar nosso comércio nacional.

Ninguém que reflita seriamente sobre os futuros interesses do Brasil, em cujas veias circule o sangue dos homens livres, ou cuja mentalidade esteja de acordo com os dogmas sagrados da religião cristã, pode ficar indiferente a esse barril de pólvora, que se está acumulando contra a sociedade brasileira, sujeitando-nos ao constante alerta e insurreições bárbaras; nem pode a Câmara Municipal da Bahia, portanto, tratá-los com indiferença.²⁴

Somando-se aos medos desses anos estava a memória histórica da Revolução Haitiana (1791-1804) (Dubois, 2004; Fick, 1990; Geggus, 2001; Landers, 2010, pp. 55-94). Diversos documentos de 1835 a 1850 expressam a preocupação de que, se as importações continuassem, “outro Haiti” poderia ocorrer no Brasil. Em março de 1835, uma carta enviada pela assembléia provincial do Rio de Janeiro aos ministros imperiais afirmava que “essas apreensões, ó pai, não são infundadas. Todos sabem que as doutrinas haitianas são pregadas aqui impunemente, que os escravos são aliciados com a isca da liberdade e instigados pelo espírito animado, nacionais bem como estrangeiros, dentro e fora do Império, a se expressarem em atos como esse da Bahia o qual está fornecendo o exemplo mais fatal”²⁵.

Em discursos no plenário do senado imperial no Rio de Janeiro em 1843, o senador Antônio Pedro da Costa Ferreira, da província do Maranhão, recordou várias vezes o passado do Haiti. Advogado e fazendeiro, ele repreendeu os colegas desinteressados no fim do comércio de escravos. Ferreira declarou que os africanos foram levados para São Domingos depois que o povo indígena foi exterminado. Com a Revolução Haitiana, “os agressores [proprietários] tornaram-se as vítimas... Vocês não podem ver ainda a fumaça [subindo] das vítimas sacrificadas no Haiti? Vocês acham que é possível imaginar a segurança no Brasil com essa [enorme] população [de escravos]?”²⁶ O senador continuou: “Quanto a mim, receio futuros perigos, e quero evitá-los. Julgo pois que, longe de engrossar essa opinião errônea de que a lavoura do Brasil vai acabar por falta de escravos africanos, devemos mostrar que o país trabalhado por braços escravos nunca é feliz; só acarreta males sobre si.”²⁷

Em meados de 1850, um jornalista de Recife expressou sentimentos semelhantes. Durante a década anterior, traficantes desembarcaram milhares de escravos africanos no porto de Recife ou nas proximidades. “Deixemos que nosso governo enforce legalmente meia dúzia desses traficantes de escravos, vergonha e opprobrium da humanidade, não permitamos que um só escravo mais seja introduzido em nosso território, façamos todos os sacrifícios para desenvolver uma colonização de mão-de-obra livre, ofereçamos a eles todas as garantias que são dadas nos Estados Unidos, e deixemo-los

24 “Representação sobre o tráfico,” da Corporação Municipal da cidade de Salvador para a Assembléia Geral no Rio de Janeiro, publicado no *Correio Mercantil* (Rio de Janeiro), 3 de agosto de 1850, FO 84: 806.

25 Mensagem da Assembléia Provincial do Rio de Janeiro para o Governo Imperial, Palácio da Assembléia Legislativa, 17 de março de 1835, FO 84: 174. Ver também Fox para Wellington, Rio de Janeiro, 13 de abril de 1835, FO 13: 117; Parkinson para Wellington, Salvador, 26 de janeiro de 1835, FO 13: 121.

26 “Sessão em 27 de Março de 1843,” *Anais do senado do império do Brasil* (Rio de Janeiro: Senado Federal, 1978) (de agora em diante referido como ASIB), pp. 411-13; “Sessão em 10 de junho de 1843,” ASIB, p. 105.

27 “Sessão em 27 de março de 1843,” ASIB, p. 413.

saber que só dessa maneira podemos evitar mais cedo ou mais tarde no Brasil um novo São Domingos [outra Revolução Haitiana].”²⁸

A insegurança em meados do século

Como medir a extensão da ameaça colocada à segurança nacional pelas importações de escravos de 1835 até fins de 1850? Em que medida o medo ou o terror causado pela resistência escrava contribuiu para as decisões dos ministros imperiais em 1850 em forçar a cessação permanente do tráfico de escravos para o Brasil? Respostas certas a essas perguntas são difíceis de encontrar. O que está claro é que vários observadores que tinham vívidas as lembranças da revolta escrava de 1835 em Salvador expressaram suas preocupações sobre a rebelião e a resistência escrava, e consideravam as importações de escravos africanos após 1835 uma ameaça real à estabilidade das cidades portuárias, das áreas rurais e do próprio império. Documentos encontrados nos arquivos brasileiros fornecem evidência nesse aspeto. Podem mencionar-se três exemplos.

O primeiro é a revolta escrava ocorrida na província do Espírito Santo. No entardecer do dia 19 de março de 1849, um grupo de trinta ou mais escravos armados se juntaram numa insurreição no distrito de Queimado, situado a cerca de doze milhas (três a quatro *léguas*) fora da capital, Vitória, uma área onde centenas de escravos trabalhavam nas plantações de café e açúcar. A revolta foi liderada por três escravos do sexo masculino, cada um pertencente a um diferente fazendeiro. A quantidade de escravos que aderiu à revolta rapidamente chegou a trezentos. Gritando “Nós exigimos nossa liberdade” e “Nós exigimos cartas de alforria” (um documento oficial que definia sua situação como pessoa livre), eles também pegaram armas e munições em várias fazendas. O evento causou “terror” entre os habitantes da região e em Vitória. O presidente do Espírito Santo advertiu que, sem uma presença adequada da polícia, revoltas similares poderiam facilmente se espalhar por outras províncias do império.²⁹

Em resposta, os oficiais enviaram vinte homens para combater a revolta, uma patrulha conhecida como Companhia Fixa de Caçadores. Confrontados com uma força mais poderosa e com escassez de armas, a maioria dos escravos fugitivos se refugiou nas florestas próximas. Em dois dias a revolta tinha terminado.³⁰ Ao final do mês, trinta dos insurgentes tinham sido apreendidos e levados para a prisão para aguardar seu destino. Vários outros retornaram às fazendas de onde tinham fugido. Ao descrever esse evento, o chefe da polícia expressou pouca surpresa com o ocorrido. Ele escreveu que “é sabido em geral que os escravos da nossa província estão em um estado de desmoralização”³¹.

Na sua descrição da “Insurreição de Queimado”, a historiadora brasileira Vilma Paraíso Ferreira de Almada ressalta que o surto foi mais um exemplo numa longa história de resistência escrava na província. Durante as décadas de 1820 e 1830, os escravos se mostraram antenados com as notícias relacionadas a sua condição (por exemplo a lei de 7 de novembro de 1831). Citando o historiador trinitino Eric Williams, Almada concorda que “muito menos estúpidos do que o seu senhor pensava e historiadores posteriores os retrataram,

²⁸ *Commercial* (Recife), 31 de maio de 1850, FO 84: 809.

²⁹ Antonio Joaquim de Siqueira ao Ministro do Interior, Visconde de Monte Alegre, Vitória, 20 de março de 1849, ANRJ/SPE, IJJ 9 362.

³⁰ Siqueira para Alegre, Vitória, 24 de março de 1849, ANRJ/SPE, IJJ 9 362.

³¹ Chefe de polícia José Ignácio Accioli de Vasconcellos para o presidente Siqueira, Vitória, 3 de março de 1849, ANRJ/SPE, IJJ 9 362.

os escravos prestavam atenção ao seu ambiente e se interessavam agudamente pelas discussões sobre o seu destino” (Almada, 1984, p. 168; Williams, 1980, p. 202).

Os escravos residentes na capital, cidade de Vitória, e no interior da província do Espírito Santo mantinham estreito contato com um mundo atlântico que lhes proporcionava informação e inspiração (Schama, 2006, p. 66; Landers, 2010, p. 5). As ações britânicas no mar e as declarações dos fazendeiros e oficiais (discutidos à mesa de jantar, em artigos nos jornais, em discursos políticos) relacionados com a supressão do comércio de escravos influenciaram os escravos em Queimado. Os oficiais reagiram rapidamente para evitar que a insurreição se alastrasse. Nas palavras da Professora Almada, “o medo que sempre existira entre os senhores transforma-se em pânico [desde a década de 1840] à medida que, incentivados pela conjuntura abolicionista, os escravos, principalmente aqueles das regiões de economia tipo ‘plantation’, tornam-se cada vez mais insubmissos e afoitos” (Almada, 1984, pp. 172-173).

Um exame de várias centenas de documentos do período de 1835 a 1851 oferece numerosas descrições de revoltas e resistência escrava organizadas, inclusive lutas “tenazes” de escravos foragidos escondidos nas florestas. Esses episódios ocorreram nas províncias do Maranhão, Pará, Alagoas, Bahia e Rio de Janeiro (e com certeza em outras).³² Eventos como esses elevaram as tensões em meados do século.

Um segundo exemplo de insegurança no final dos anos de 1840 refere-se aos africanos libertos residindo na cidade de Salvador. Esses ex-escravos conquistaram suas liberdades, muitas vezes com dinheiro economizado do seu trabalho e comprando uma carta de alforria. Com base em investigações conduzidas nos primeiros meses de 1847, a polícia divulgou uma lista de 2508 africanos libertos residentes em dez freguesias da cidade. Desses, 993 eram do sexo masculino e 1515 do sexo feminino.³³ Estimando a população total da cidade em 54 330, os libertos formavam 4,6% da população de Salvador, e os escravos outros 25 % (ou 13 600 pessoas, uma estimativa conservadora)³⁴ (Nascimento, 1986, p. 65).

Libertos africanos geralmente são descritos como tendo pouco interesse em perturbar o *status quo*. O Professor Needell considera que “apesar do fato de partilharem a opressão branca, [no Brasil] africanos e afro-brasileiros não se insurgiram [como um grupo] como no Haiti. Aqueles com aptidões e conhecimento, potencialmente os mais aptos a liderar a revolta, eram, na verdade, os menos prováveis de ameaçar a hierarquia racial estabelecida” (Needell, 2006, p. 143). O documento acima que lista a freguesia onde cada pessoa livre de Salvador vive e trabalha parece confirmar tal interpretação. O oficial da polícia responsável por concluir as investigações declarou que os libertos residentes na cidade eram proprietários de pelo menos seiscentos escravos, deixando implícito que a posse de tal propriedade os tornava uma ameaça pouco provável ao regime escravo.

32 Presidente do Maranhão (ilegível) ao Ministro do Interior Manoel Antonio Galvão, Maranhão, 30 de dezembro de 1839, ANRJ/SPE IJ 9 133; Presidente do Pará Manoel Paranhos da Silva Vellozo para o Ministro da Justiça, Pará, 28 de janeiro de 1846, ANRJ/SPE, IJ 1 202; Presidente de Alagoas Bernardo de Sousa Franco para Galvão, Alagoas, 19 de novembro de 1844, ANRJ/SPE, IJ 1 357; Presidente Joaquim Vasconcelos para o Ministro da Justiça, Bahia, 14 de dezembro de 1841, ANRJ/SPE, IJ 1 399; Comandante das Armas José Joaquim Coelho ao presidente Francisco Martins, Salvador, 23 de outubro de 1848, ANRJ/SPE, IJ 1 119; Francisco Pereira de Vasconcelos ao Ministro da Justiça Eusébio de Queiroz, Rio de Janeiro, 16 de dezembro de 1851, ANRJ/Polícia, IJ 6 215; Delegado de polícia Roberto Jorge Haddock ao chefe da polícia Antonio Simoens da Silva, Rio de Janeiro, 13 de junho e 15 de junho de 1849, ANRJ/Polícia, IJ 6 212.

33 “Mapa demonstrativo do numero de africanos libertos n’esta cidade com declaração do negocio em que se empregão.” Salvador, 20 de março de 1847, ANRJ/SPE, IJ 1 403.

34 O censo de 1855 nota a população total de Salvador de 56 000, com 68,9% livres (38 584), 27,5% escravos (15 400) e 3,5% libertos (2016), como notado na p. 97.

No entanto, uma leitura mais atenta dos documentos ilumina as tensões sociais em meados do século. Africanos libertos desempenharam um papel-chave na Revolta dos Malês em 1835. Nos meses e anos que se seguiram, eles foram alvo de sistemáticas represálias. Várias centenas foram deportados, outros partiram da Bahia por livre e espontânea vontade e muitos foram enviados para a prisão pela menor das evidências. No início de 1847, o medo tinha escalado significativamente tanto na cidade como no campo (Graden, 1996).

A apreensão é evidente numa carta escrita pelo Presidente da Bahia, Antonio Inácio de Azevedo, logo após a polícia ter concluído o trabalho. “Eu considero a estimativa de 2508 libertos baixa, dado que esses registros nem sempre são exatos. De qualquer maneira, esses números [uma presença substancial], somados ao [alto] número de escravos presentes, justifica os medos que uma vez ou outra emerge, e [torna compreensíveis] as medidas que eu tomei para trazer as tropas aqui [para Salvador] capazes de acabar com qualquer tipo de insurreição que possa ocorrer.”³⁵ Uma pesquisa realizada pela polícia sobre os libertos africanos residentes em Salvador deve ser avaliada à luz do momento histórico. A elite da Bahia não tinha esquecido o envolvimento de libertos africanos na Revolta dos Malês e continuava profundamente desconfiada dos africanos livres em seu meio.

As tensões provocadas pela presença de africanos livres (africanos libertos e emancipados) em Salvador não diminuiriam rapidamente. No dia 8 de maio de 1853, boatos se espalharam de uma possível insurreição escrava. Durante toda a noite soldados a cavalo patrulharam as ruas e a infantaria foi posta de sobreaviso. O consul britânico James Hudson escreveu que

dizem que armas e munições foram encontradas escondidas nas casas de alguns africanos libertos das nações Nagô ou Minas, assim como bandeiras e vestimentas tais como as que eles portaram na última grande insurreição no ano de 1835.

As prisões estão cheias de africanos libertos e as revistas domiciliares da polícia são deploráveis. No entanto eu creio que a apreensão demonstrada por parte do governo provincial é muito maior do que os fatos parecem justificar, e que a oportunidade é usada para obrigar os negros libertados a retornar à África sem que possuam condições de fazê-lo, mas o que o governo por lei e por uma questão de justiça deveria fazer às suas custas.

Isso só vai mostrar ao Senhor como é grande a maldição a qual todos estão sujeitos pela insegurança de vida resultantes do horrível estado de escravidão de milhares de nossos semelhantes nessa grande província escravista, onde, de tempos em tempos, uma insurreição é em geral aguardada.³⁶

Embora Hudson tenha minimizado a extensão da ameaça, obviamente a polícia e os oficiais baianos viram a situação com apreensão. Lançando mão do uso da força para vistoriar as casas, eles conduziram buscas e prenderam africanos suspeitos. Nas semanas que se seguiram, o Presidente da Bahia invocou uma lei aprovada em maio de 1835 em resposta a “circunstâncias muito peculiares dessa província com relação a terrível ameaça de insurreição”. A Lei Provincial número nove estipulava que navios estrangeiros partindo

35 Presidente da Bahia Antonio Inácio de Azevedo ao Ministro da Justiça Joaquim Fernando Torres, Salvador, 6 de abril de 1847, ANRJ/SPE, IJ 1403.

36 Morgan para Clarendon, Salvador, 13 de maio de 1853, FO 84: 912.

de Salvador com destino à África ou proximidades aceitassem africanos deportados pelas autoridades provinciais como passageiros (Graden, 2006, pp. 42-43). Sabendo que as autoridades baianas inspecionariam os navios de seus países como potenciais condutores, os cônsules alemão e britânico protestaram.

Uma terceira demonstração de insegurança em meados do século ocorreu na cidade de Recife. No final de setembro de 1847 um cônsul britânico escreveu que a “perseguição a uma seita religiosa negra aumentou tão consideravelmente [desde o final de 1846] que a população incendiou a casa do apóstolo e o teria queimado também se ele não tivesse fugido”³⁷. Tendo em vista a presença de muçulmanos que se reuniam regularmente em residências privadas em Recife e o uso da palavra *Apóstolo*, essa violência era provavelmente mais dirigida às cerimônias islâmicas e a seus participantes.

Seis anos mais tarde, no início de setembro de 1853, a polícia prendeu diversos africanos acusados de organizar “uma nova seita religiosa” sob a liderança de um africano muçulmano livre chamado João Rufino (Gomes *et al.*, 2004; Reis *et al.*, 2010). Materiais confiscados de sua casa incluíam um Corão e “muitas folhas de papel escritas em hebraico [hebreu, mas na verdade as palavras estavam em árabe]”. A notícia das prisões provocou alarme de que os muçulmanos estariam planejando uma revolta escrava. O chefe da polícia em Recife enviou os documentos em árabe para o Rio de Janeiro para serem traduzidos. Preservados no Arquivo Nacional do Brasil, a carta provou ser uma declaração de votos de casamento, não tendo aparentemente nenhuma ligação com a revolta.³⁸ Esse episódio sugere que a polícia e as classes sociais mais altas de Recife lembravam bem dos eventos de Salvador em 1835. Para evitar a eclosão de outra insurreição escrava, oficiais tentaram evitar a propagação para Recife da subversão islâmica (Soares e Gomes, 2001, p. 346; Graden, 2006, p. 29).

O que o medo da insurreição escrava, a prisão de escravos africanos e libertos e o confisco de materiais em setembro de 1853 têm a ver com a decisão de acabar com o comércio transatlântico de escravos no início de 1850? Tudo. Eventos muitas vezes ocorrem como resultado da história passada; o meio e a experiência muitas vezes definem o porvir.

As prisões de africanos em Salvador e Recife ocorreram por causa da persistente desconfiança nos africanos livres. O medo foi ainda agravado porque alguns africanos libertos praticavam o Islamismo. Apesar de o número de homens livres e escravos africanos praticantes do islamismo no Brasil ter diminuído significativamente por volta de meados do século, o número de nagôs que chegaram da África Oriental permaneceu elevado. Na verdade, João Reis descreve os nagôs como “uma presença espetacular em meados do século” entre a população escrava de Salvador (Reis, 2003, p. 334). Nas mentes das polícias de Salvador e Recife, um africano nagô poderia ser um muçulmano. Todos esses fatores criaram ansiedades que os oficiais por todo o império esperavam que pudessem diminuir com a redução ou mesmo a cessação de escravos africanos entrando no Brasil.

As declarações de observadores, os artigos escritos por jornalistas, os comunicados dos oficiais provinciais e os estudos de diversos historiadores sugerem que o medo das revoltas escravas e a constante resistência escrava combinados com os massivos desembarques de escravos influenciaram os oficiais imperiais a colocar um fim no tráfico transatlântico de escravos em 1850.

37 Cowper para Palmerston, Recife, 30 de setembro de 1847, FO 84: 679.

38 Alexander Joaquim (ilegível) ao Ministro da Justiça, Recife, Pernambuco, 5 de outubro de 1853, ANRJ/Polícia, IJ 6 216.

Os debates de 1850

A Escola Ilustrada afirma que os ministros do gabinete do governo imperial decidiram acabar com as importações de escravos em janeiro de 1850 com base em considerações políticas. Conseguindo acabar com diversas revoltas federalistas e consolidando o poder central sob a monarquia, eles conquistaram a confiança da elite de fazendeiros-comerciantes. Astutos observadores do mundo à sua volta, os ministros foram vistos como líderes eficazes durante as duas décadas anteriores. Sensíveis às pressões britânicas, eles reconheciam que a continuação das importações de escravos não era aconselhável para o império em termos de opinião internacional ou de manutenção das suas posições de autoridade. Essa visão não leva em consideração a insegurança causada pela resistência escrava como motivo para suas ações (Needell, 2006, pp. 139-149).

A visão refletida acima tem várias falhas. Não só esses ministros tinham muita experiência em política, como também lidaram por muitos anos com escravos africanos e crioulos. Eles sabiam que várias estratégias tinham sido empregadas no dia-a-dia para manter os escravos sob controle, incluindo tanto coerção como negociação (Reis e Silva, 1989). Eles sabiam bem que a chegada de milhares de africanos levaria à Revolução Haitiana e desempenhara um papel central na rebelião escrava em Demerara em 1823 e na Revolta Jamaicana de 1831. O último evento forçou a Coroa Inglesa a emancipar oitocentos mil escravos no Caribe britânico três anos mais tarde (Fick, 1990; Turner, 1984; Craton, 1982; da Costa, 1994). Dada a existência de um tráfico triangular de escravos entre a Bahia, a África Oriental e Cuba, eles estavam bem sintonizados com o ciclo das revoltas escravas que eclodiram em Matanzas, Cuba em 1843 e a repressão que se lhe seguiu³⁹ (Paquette, 1988; Landes, 2010, pp. 204-230). Líderes e participantes dessas revoltas incluíam recém-chegados africanos ocidentais. Nas palavras de um observador astuto, muitos desses africanos eram “da nação Lucumí, notória por seu caráter desesperado”⁴⁰. À medida que milhares de africanos enfurecidos e rebeldes chegavam às cidades e aos campos do Brasil durante os anos de 1830 e 1840, esses oficiais de alto escalão reconheciam que a decisão mais inteligente a tomar, pelo menos a curto prazo, seria a paralisação das importações. Por que os ministros que participaram da reunião fechada do Conselho Imperial de Estado reunida em janeiro de 1850 não mencionaram a insegurança causada pelos milhares de africanos em seu meio? Uma das razões pode ser atribuída a seus preconceitos raciais. Esses homens tinham pouco respeito pela África ou pelos africanos. Na verdade, eles detestavam o convívio com os africanos. Não acreditavam que os africanos e seus descendentes tivessem capacidades intelectuais iguais às dos brancos ou mesmo de pessoas de raça mista. Zombavam da idéia de que os africanos pudessem se organizar e minar um regime escravista que florescera por três séculos. E não desejavam que o Brasil se tornasse uma “outra África” (Azevedo, 1987).

Além disso, membros do Conselho de Estado não desejavam transparecer para as pessoas livres das classes mais baixas da sociedade as suas preocupações com a instabilidade social. Os ministros representavam uma elite que desejava manter os seus privilégios e *status* por muitos anos. Assim como as mistificações dos políticos de hoje em dia, a sugestão de que suas decisões políticas pudessem ser resultado das pressões subalternas

39 Kennedy para Aberdeen, Havana, 5 de setembro de 1844, FO 84: 509.

40 Kennedy para Aberdeen, Havana, 1 de janeiro de 1845, FO 84: 561.

seria um sinal de fraqueza. As agressivas investidas britânicas no mar e ao longo do litoral deram mais ímpeto ao gabinete para aparentar força e competência.

Nos meses seguintes à passagem da Lei Eusébio de Queiroz, vários observadores influentes fizeram comentários sobre as pressões que contribuíram para as decisões políticas tomadas em 1850. O ministro dos Negócios Estrangeiros, Paulino José Soares de Sousa, afirmou em maio de 1851:

50 000, 60 000, 100 000 africanos têm sido importados a cada ano para o Brasil. Não deveríamos estar avisados por todas as considerações morais, de civilização, da nossa própria segurança e de nossos filhos, que puséssemos um termo à importação de africanos?⁴¹

O senador arqui-conservador Honório Hermeto Carneiro Leão se dirigiu aos seus colegas no Senado naquele mesmo mês:

A importação de africanos na escala em que ia não era excessiva, não era demasiada, não podia trazer futuros perigos para o país? Vai o nosso interesse, [apoiar a lei de 1831 que tornou ilegal o tráfico de escravos para o Brasil] porque a importação de africanos se tinha tornado excessiva, porque as províncias da Bahia para o Sul se achavam muito sobrecarregadas de escravos; o seu número não parecia estar em proporção com o número das pessoas livres. Era, pois, do nosso interesse, para bem da nossa segurança futura, providenciar a este respeito, impedindo que se continuasse a fazer semelhante tráfico, que aumentava os nossos perigos. Eu penso, Sr. presidente, que tinha chegado a época em que o governo devia arrastar todos os perigos para pôr um limite ao comércio da escravatura, e além disso tínhamos contraído essa obrigação.⁴²

Doze meses mais tarde, em julho de 1852, ninguém menos que Eusébio de Queiroz, o ministro em nome de quem foi nomeada a lei brasileira que declarava extinto o tráfico de escravos, não deixou dúvidas de que as massivas importações dos anos de 1840 foram uma variável-chave em moldar suas perspectivas:

Se a opinião completamente favorável à repressão do tráfico tinha operado no país essa revolução, era preciso ainda que uma ocasião se apresentasse para que ela se fizesse conhecer. Alguns acontecimentos, ou antes, sintomas de natureza gravíssima, que se foram revelando em Campos [no norte da província do Rio de Janeiro], no Espírito Santo, e em alguns outros lugares, como nos importantes municípios de Valença e Vassouras [interior da província do Rio de Janeiro], produziram um terror, que chamarei salutar, porque deu lugar a que se desenvolvesse e fizesse sentir a opinião contrária ao tráfico. Todas as pessoas que então se achavam no Rio de Janeiro, e se tivessem ocupado deste material, reconheceram que nesta época os mesmos fazendeiros que até aí apregoavam a necessidade do tráfico eram os primeiros a confessar que era chegado o momento de dever ser reprimido.⁴³

41 "Sessão em 24 de maio de 1851," ASIB, p. 320.

42 "Sessão em 27 de maio de 1851," ASIB, pp. 387-388.

43 Eusébio de Queiroz Coutinho Mattoso Câmara, discurso na Câmara dos Deputados em 16 de julho de 1852, reproduzido em: Malheiro, *A Escravidão no Brasil*, vol. 2, p. 273.

Uma reflexão final

As diferenças entre a Escola Ilustrada e a Escola Subalterna pode ser definida como um choque de interpretações. A primeira oferece uma percepção da visão de mundo e das posições dos políticos influentes. Suas ações tiveram um papel na extinção do comércio transatlântico de escravos para o Brasil. É a história política e institucional por excelência. Os historiadores alinhados com a Escola Subalterna sugerem que múltiplos fatores contribuíram para o fim do tráfico de escravos para o Brasil. Um deles seria os esforços de supressão do tráfico de escravos pela Esquadra Britânica (Bethell, 1970; Thomas, 1997; Graden, 2006, pp. 4-9). Outro fator seria a resistência de escravos africanos, africanos libertos e africanos emancipados.

As ações da esquadra britânica tiveram um profundo impacto nos africanos no Brasil. Africanos resgatados dos porões de navios escravos capturados tinham esperança de que sua libertação resultasse em liberdade de fato. Centenas desses indivíduos se estabeleceram em Salvador e no Rio de Janeiro. Alguns africanos libertos protestaram contra as restrições impostas a eles desde o dia que desembarcaram. Escravos africanos e libertos trabalhando nas cidades e vilas ao longo da costa tinham perfeito entendimento de que as ações da Esquadra Britânica desafiavam pessoas poderosas e casas comerciais que lucravam com um sistema de comércio internacional há muito tempo estabelecido. Muitos contribuíram para os esforços de supressão, por exemplo fornecendo informações e serviços de tradução para os comandantes e tripulação britânicos (Graden, 2011). Muitas questões permanecem. Um tema interessante é o do porto de Salvador. Os africanos que percorriam o porto de Salvador em pequenas embarcações estavam organizados pelo final dos anos de 1840. Souberam tirar proveito da situação reinante oferecendo seus serviços em troca de bens tangíveis, como ganho monetário. Observavam de perto o movimento de navios no porto e ao longo da costa e testemunharam as estratégias dos traficantes e as manobras da Esquadra Britânica. Os africanos se comunicavam entre eles, com os habitantes da cidade, com o interior da província, com outros portos e com o imenso mundo atlântico. Alguns lembravam-se da Revolta dos Malês, ou inteiravam-se dela através de histórias partilhadas. Um observador astuto descreveu a Baía de Todos os Santos onde africanos (escravos e libertos) transportavam mercadorias e pessoas, como “aquele núcleo terrível das insurreições [escravos]”⁴⁴. Esses africanos não esperaram de braços cruzados que os ventos políticos soprassem a favor do fim do desprezível tráfico de seres humanos. Alguns tinham esperança de que o fim do tráfico transatlântico de escravos trouxesse em sua esteira o fim da instituição da escravidão e buscaram aliados, inclusive nos escravos crioulos residentes em Salvador. Tais esforços merecem ser mais profundamente estudados.

Bibliografia

Almada, V. P. F. 1984. *Escravidão e transição: O Espírito Santo (1850-1888)*. Rio de Janeiro, Edições Graal, 221 p.

⁴⁴ “A indústria de saveiros,” *O Argos Cachoeirano*, 1 de outubro de 1850, p. 1.

- Azevedo, C. M. M. 1987. *Onda negra, medo branco: O negro no imaginário das elites – Século XIX*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 267 p.
- Bethell, L. 1970. *The Abolition of the Brazilian Slave Trade: Britain, Brazil and the Slave Trade Question, 1807-1869*. Cambridge, Cambridge University Press, 425 p.
- Blackburn, R. 1998. *The Overthrow of Colonial Slavery, 1776-1848*. London, Verso, 560 p.
- Chalhoub, S. 2007. Os conservadores no Brasil Império, *Afro-Ásia*. 35: 317-326 pp.
- Craton, M. 1982. *Testing the Chains: Resistance to Slavery in the British West Indies*. Ithaca, Cornell University Press, 389 p.
- Da Costa, E. V. 1994. *Crowns of Glory, Tears of Blood: The Demerara Slave Rebellion of 1823*. New York, Oxford University Press, 378 p.
- Da Costa, E. V. 2000. *The Brazilian Empire: Myths and Histories*. Chapel Hill, University of North Carolina Press, 320 p.
- Davis, D. B. 1975. *The Problem of Slavery in the Age of Revolution, 1770-1823*. Ithaca, Cornell University Press, 576 p.
- Drescher, S. 1987. *Capitalism and Antislavery: British Mobilization in Comparative Perspective*. New York, Oxford University Press, 300 p.
- Drescher, S. 2009. *Abolition: A History of Slavery and Antislavery*. New York, Cambridge University Press, 471 p.
- Drescher, S.; Emmer, P. C. 2010. *Who Abolished Slavery? Slave Revolts and Abolitionism: A Debate with João Pedro Marques*. New York, Berghahn Books, 208 p.
- Dubois, L. 2004. *Avengers of the New World: The Story of the Haitian Revolution*. Cambridge, Harvard University Press, 357 p.
- Fick, C. 1990. *The Making of Haiti: The Saint Domingue Revolution From Below*. Knoxville, University of Tennessee Press, 355 p.
- Geggus, D. P. 2001. *The Impact of the Haitian Revolution in the Atlantic World*. Columbia, University of South Carolina Press, 261 p.
- Gomes, F. S. 1995. *Histórias de quilombolas: Mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro – Século XIX*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 431 p.
- Gomes, F. S.; Reis, J. J.; Carvalho, M. J. M. 2004. África e Brasil entre margens: Aventuras e desaventuras do Africano Rufino José Maria, c. 1822-1853. *Estudos Afro-Asiáticos*, 26(2): 257-302 pp.
- Graden, D. T. 1996. Uma lei até de segurança pública: Resistência escrava, tensões sociais e o fim do tráfico internacional de escravos para o Brasil (1835-1856). *Estudos Afro-Asiáticos*, 30: 113-149 pp.
- Graden, D. T. 2006. *From Slavery to Freedom in Brazil: Bahia, 1835-1900*. Albuquerque, University of New Mexico Press, 297 p.
- Graden, D. T. 2011. Interpreters, Translators and the Spoken Word in the Trans-Atlantic Slave Trade to Cuba and Brazil. Forthcoming essay in *Ethnohistory*, 58: 3 p.
- Hochschild, A. 2005. *Bury the Chains: Prophets and Rebels in the Fight to Free an Empire's Slaves*. Boston, Houghton Mifflin, 468 p.
- Landers, J. G. 2010. *Atlantic Creoles in the Age of Revolutions*. Cambridge, Harvard University Press, 340 p.
- Law, R. 2005. Ethnicities of Enslaved Africans in the Diaspora: On the Meanings of 'Mina' (Again). *History of Africa*, 32: 247-267 pp.
- Malheiro, Agostinho Marques Perdigão 1944. *A Escravidão no Brasil: Ensaio Histórico, Jurídico, Social*, 2.ª ed., vol. 2. São Paulo: Edições Cultura, 404 p.
- Mattoso, K. M. Q. 1992. *Bahia, século XIX: Uma província no império*, trad. Yedda de Macedo Soares. Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 747 p.

- Nascimento, A. A. V. 1986. *Dez freguesias da cidade do Salvador*. Salvador, Fundação Cultural do Estado da Bahia, 204 p.
- Needell, J. D. 2001. The Abolition of the Brazilian Slave Trade in 1850: Historiography, Slave Agency and Statesmanship. *Journal of Latin American Studies* 33(4): 681-711.
- Needell, J. D. 2006. *The Party of Order: The Conservatives, the State, and Slavery in the Brazilian Monarchy, 1831-1871*. Stanford, Stanford University Press, 460 p.
- Paquette, R. L. 1988. *Sugar is Made with Blood: The Conspiracy of La Escalera and the Conflict between Empires over Slavery in Cuba*. Middletown, Ct., Wesleyan University Press, 346 p.
- Reis, J. J.; Silva, E. 1989. *Negociação e conflito: A resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo, Companhia das Letras, 151 p.
- Reis, J. J. 2003. *Rebelião escrava no Brasil: A História do levante dos Malês em 1835*. Edição revista e ampliada. São Paulo, Companhia das Letras, 664 p.
- Reis, J. J.; Gomes, F. S e Carvalho, M. J. M. 2010. *O Alufá Rufino: Tráfico, escravidão e liberdade no Atlântico negro (c. 1822-c. 1853)*. São Paulo, Companhia das Letras, 488 p.
- Schama, S. 2006. *Rough Crossings: Britain, the Slaves and the American Revolution*. New York, HarperCollins, 478 p.
- Schwarz, L. M. 1998. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo, Companhia das Letras, 623 p.
- Slenes, R. W. 2000. 'Malungu, negoma vêm!': África coberta e descoberta no Brasil. In: N. Aguilar, ed. *Mostra do Redescobrimento: Negro de Corpo e Alma – Black in Body and Soul*. São Paulo, Fundação Bienal de São Paulo, 212-220 pp.
- Soares, C. E. L.; Gomes, F. S. 2001. Com o pé sobre um vulcão: Africanos Minas, identidades e a repressão antiafricana no Rio de Janeiro (1830-1840). *Estudos Afro-Asiáticos*, 23(2): 335-378 pp.
- Thomas, H. 1997. *The Slave Trade: The Story of the Atlantic Slave Trade, 1440-1870*. New York, Simon and Schuster, 908 p.
- Turner, M. 1984. *Slaves and Missionaries: The Disintegration of Jamaican Slave Society, 1787-1834*. Urbana, University of Illinois Press, 223 p.
- Williams, E. 1980. *Capitalism and Slavery*. New York, Putnam, 285 p.